

DIREITO À CIDADE: UTOPIA POSSÍVEL A PARTIR DO USO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS

Rosalina Burgos

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar Campus Sorocaba
rburgos.ufscar@gmail.com

Direito à cidade: utopia possível a partir do uso e apropriação dos espaços públicos urbanos (Resumo)

A partir do entendimento acerca dos sentidos do direito à cidade enquanto um conjunto de direitos materiais e intangíveis, dos quais a sociedade possa usufruir de forma igualitária – apesar dos fundamentos da desigualdade que estão na base da (re)produção espacial sob ditames capitalistas – propõe-se um estudo acerca do que se passa na esfera público-política, como locus privilegiado da análise das contradições de um espaço urbano que não é para todos. Com base numa fundamentação teórico-conceitual dedicada à análise e compreensão da denominada urbanização crítica, procedeu-se à investigações de campo na cidade de Sorocaba no interior paulista, identificando formas diversificadas de uso e apropriação de espaços públicos, tanto no âmbito da vida cotidiana, quanto em manifestações públicas por direitos. Em conjunto, definem um contexto sociocultural em movimento e transformação e, neste sentido, sinalizador das possibilidades de realização da utopia que reside no ideário de uma cidade para todos.

Palavras-chave: direito à cidade, utopia, espaços públicos, Sorocaba/SP.

The right to the city: a possible utopia through the use and appropriation of urban public spaces (Abstract)

Through the understanding of one's right to the city as a group of materialistic and intangible rights of which a society can benefit equally from (despite the foundation of inequality that underlie the capitalist dictates' spacial (re)production), a study arrises of the proposed of the current happenings in the political-public sphere, such as the privileged locus of the contradictions of an urban space that is not for everyone. Based on a theoretical and conceptual foundation dedicated to the analysis and understanding of the denominated 'critical urbanization', field investigations were made in the city of Sorocaba, São Paulo, identifying different uses and appropriations of public spaces both in everyday usage and in the context of public protests. Together, they define a social-cultural context in movement and transformation which signals towards the possibilities of the realization of a utopia that resides in the idea of a city for all.

Keywords: right to the city, utopia, public spaces, Sorocaba/SP.

Parte-se da premissa da realização possível da cidade enquanto obra, situada na centralidade do valor de uso, em contraposição à reprodução do espaço urbano enquanto produto¹ sob os ditames dos processos de valorização e segregação socioespacial². Com base na análise e compreensão das formas de uso e apropriação dos espaços públicos, observa-se que as práticas socioespaciais neles inscritas apontam para as potencialidades e desafios do direito à cidade enquanto utopia possível, em contraposição aos fundamentos da produção capitalista da cidade³. Por sua vez, considera-se o direito à cidade como o conjunto de direitos – materiais e imateriais-simbólicos – que possam ser usufruídos de maneira equânime por todos os cidadãos na sociedade urbana, num enfrentamento à lógica da urbanização crítica, onde o urbano não é para todos⁴.

Para abordar a temática do direito à cidade, esta deve ser compreendida como obra que resulta de um processo social histórico. Ou seja, a cidade é obra da ação de agentes sociais diversos, interesses múltiplos, lugar do trabalho e da festa, de tensões e conflitos que se revelam nos espaços públicos, sendo um campo sempre aberto para o possível, em contraposição ao pensamento sobre a cidade como produto, lócus de reprodução privilegiada do capital.

Desde a cidade antiga, o sentido da relação entre espaço público e espaço político se perpetua; um implica o outro, transformando-se permanentemente. No espaço público tudo está em movimento. Realiza-se pleno de contradições, conflitos e possibilidades que revelam conteúdos socioespaciais da própria sociedade urbana que os concebem e os usam ou negligenciam.

No centro deste debate, encontra-se a problemática do esfacelamento da sociabilidade no nível da vida cotidiana⁵, experiência cindida pelo aprofundamento das relações sociais mediadas pela forma mercadoria⁶ e consequente esvaziamento dos sentidos da esfera pública⁷, num contexto de recrudescimento da lógica de reprodução dos espaços privados⁸ que apontam para a urgência de retorno aos espaços públicos na cidade contemporânea⁹.

Neste contexto, pleiteia-se o direito à cidade enquanto utopia realizável a partir das formas efetivas e potenciais de uso e apropriação dos espaços públicos, nos interstícios das contradições internas do próprio capitalismo, de onde emergem, com força reivindicativa e transformadora da realidade, diversas manifestações sociais de caráter público-político, econômico e cultural que partem dos segmentos sociais desfavorecidos pela lógica de produção capitalista da cidade¹⁰.

¹ Lefebvre, 2001, 2004

² Moraes, 1999

³ Harvey, 2005

⁴ Damiani, 2004

⁵ Martins, 2008, 2014

⁶ Marx, 1983

⁷ Habermas, 1984; Arendt, 1981

⁸ Carlos, 1994, 2001

⁹ Serpa, 2007

¹⁰ Harvey, 2014

O utópico – entendido enquanto aquilo que ainda não tem lugar¹¹ – instaure-se como potência realizável no momento em que a apropriação propriamente dita do espaço público acontece: eis o espaço de representação, superando as separações-mediações da representação do espaço¹² que se projeta com o urbanismo. Seja em relação às manifestações públicas inscritas no pleito do conjunto de direitos sociais que apontam para o fortalecimento do direito à cidade, como já apontado anteriormente, seja em relação às formas criativas e do banal no cotidiano. Utopia que se realiza ao encontrar lugar nas fraturas do reprodutível, subvertendo a repetição alienante da sociedade burocrática de consumo dirigido¹³.

Com o objetivo de analisar e compreender as potencialidades do uso e apropriação dos espaços públicos – enquanto utopia realizável pelo direito à cidade – vem se desenvolvendo estudo sobre a temática no escopo das pesquisas “Valorização do espaço e segregação socioespacial na cidade de Sorocaba: implicações na vida cotidiana (2012-2013)” e “Valorização espacial e direito à cidade: contradições e conflitos da urbanização recente da cidade de Sorocaba – SP, Brasil (2015-2016)”¹⁴, acerca dos quais são apresentadas algumas contribuições¹⁵.

Em termos metodológicos, parte-se do embasamento teórico-conceitual acerca da temática relacional do direito à cidade e os espaços públicos, com destaque para o pensamento e obra de Henri Lefebvre e geógrafos dedicados à abordagem dos referidos temas, tais como Ana Fani Carlos¹⁶, Amélia Damiani¹⁷, Odette Angelo Seabra¹⁸, Serpa¹⁹, S. Martins²⁰, dentre outros. Para tanto, foram consideradas contribuições sobre: a cidade enquanto obra²¹; a crítica ao urbanismo e a ilusão urbanística²²; a forma urbana e a centralidade do urbano²³; o uso do espaço e as topias²⁴. Este referencial teórico converge para a compreensão sobre as possibilidades de uma sociedade urbana ainda em curso, enquanto resultante da “urbanização completa, hoje virtual, amanhã real”²⁵ junto à qual:

“o *urbano* (abreviação de “sociedade urbana”) define-se (...) não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o *possível*, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção à ele”²⁶.

¹¹ Lefebvre, 1986

¹² Lefebvre, 1974

¹³ Lefebvre, 1980

¹⁴ Com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

¹⁵ Burgos, 2013, 2014

¹⁶ Carlos, 1994, 2001, 2011

¹⁷ Damiani, 1999, 2004

¹⁸ Seabra, 1996, 2004

¹⁹ Serpa, 2007, 2014

²⁰ Martins, 2000

²¹ Lefebvre, 2001

²² Lefebvre, 2004

²³ Lefebvre, 1976, 1986

²⁴ Lefebvre, 1966, 2004

²⁵ Lefebvre, 1994, 15

²⁶ Lefebvre, 1994, 28

Estudos com base empírica foram realizados acerca do uso e apropriação de espaços públicos na cidade de Sorocaba, cidade média do interior paulista (Brasil) com cerca de 640.000 habitantes (IBGE, 2015), com intenso processo de valorização e segregação socioespacial.

Fortemente marcada pela expansão de grandes empreendimentos privados (condomínios fechados, conjunto de shopping centers e hipermercados, dentre outros), formalizou-se como sede da recém-criada Região Metropolitana de Sorocaba, reunindo 26 municípios, com aproximadamente 1,7 milhão de habitantes (Figura 01) em maio de 2014. É a 15ª região metropolitana mais populosa do país. Seu PIB (Produto Interno Bruto) gira em torno de R\$ 46,7 bilhões (3,46% do PIB do Estado de São Paulo) segundo dados do IBGE (2010). Faz divisa tanto com a Região Metropolitana de São Paulo quanto com a Região Metropolitana de Campinas, integrando a denominada Macrometrópole Paulista (Figura 02).

Figura 1. Região Metropolitana de Sorocaba (2014)



Fonte: IBGE (2012) Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

Figura 2. Macrometrópole Paulista (2012)



Fonte: Emplasa (2012) Disponível em <http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa>

Neste contexto, emerge um diversificado quadro de demandas sociais, que em conjunto pleiteiam os princípios do Estatuto da Cidade²⁷, expressos por uma série de manifestações públicas que se intensificaram na última década.

Alguns casos analisados: as grandes manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus, sobretudo em junho de 2013; intervenções artísticas do projeto artístico-cultural “Como o tempo, como o amor”, do Coletivo Cê de teatro, realizado em praças e Terminais de ônibus urbanos; a “Feira de transição agroecológica” que semanalmente reúne agricultores da região no Parque Chico Mendes para venda de produtos orgânicos, realização de oficinas e rodas de conversa para troca de saberes sobre vida saudável junto à população local; o evento denominado de Musicada que reúne artistas, em praças e parques da cidade; a intervenção artística denominada Guerrilha Gerador e o evento itinerante Encontros Poéticos, dentre outros, realizados em diversos espaços públicos da cidade. Todos organizados de forma colaborativa e gratuita, com explícita e expressiva participação popular.

Resulta destes estudos contribuições para compreensão da potência de realização do direito à cidade, enquanto utopia possível, a partir da análise do que se passa nos espaços públicos. As contradições internas da reprodução capitalista do espaço expõem fraturas deste tecido social, perversamente amalgamado pelos imperativos do mundo da mercadoria, mas pleno de desejos incontidos de encontrar novos sentidos nas formas de

²⁷ Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo “Política urbana” da Constituição brasileira. Destaca como princípios básicos o planejamento participativo e a função social da propriedade.

apropriação do espaço urbano, pois a vida nas cidades há de ser mais do que o enclausuramento em suas estruturas mercadológicas visíveis e invisíveis, tal como a indústria do medo: há que se considerar os caminhos que apontam para a abertura de uma maior participação popular efetiva para uma gestão pública mais democrática das cidades, sinalizadora de outro devir, latente-potente, realizando-se no uso e apropriação dos espaços públicos urbanos.

Apropriação de espaços públicos enquanto utopia realizável

Os espaços públicos integram a história territorial de formação das cidades desde a sua gênese, apresentando transformações nas formas de concepção, uso e apropriação em consonância com os conteúdos da sociabilidade existente em cada período histórico considerado, deixando entrever aspectos importantes para a compreensão da formação social, seus conflitos, resistências e resíduos.

O debate contemporâneo sobre os sentidos do direito à cidade oferece um largo espectro de possibilidades analíticas que contribuem para a produção de conhecimento acerca do que se passa no cerne de nossa sociedade, imbricado às formas de uso e apropriação do espaço urbano para a vida. Um campo teórico complexo, e interdisciplinar, delinea-se na investigação acerca desta temática que envolve desde os fundamentos da função social da propriedade, o direito à mobilidade urbana, à infraestrutura básica, o direito elementar à moradia, à experiência da participação ativa nas deliberações e caminhos para a cidade enquanto obra – para além da sua reprodução enquanto produto (nos contextos de valorização espacial), bem como a luta pelo direito ao desfrute do ócio, num contexto de reprodução do espaço urbano sob a lógica do mundo do trabalho e dos circuitos de reprodução do capital. No contexto deste panorama que envolve diferentes níveis e dimensões do urbano²⁸, agentes hegemônicos e temporalidades diversas – tempo sobre tempo – os espaços públicos se apresentam, desde os primórdios da história das cidades, como lugar no qual os conflitos, resistências e resíduos relativos às formas de sociabilidade se expressam como sinalizadores dos conteúdos socioespaciais da esfera público-política.

Para além da análise acerca dos espaços públicos a partir do processo pelo qual foram criados, ou ainda, acerca das políticas definidas para que sejam mantidos pela municipalidade ou outra instância da gestão pública; para além das considerações acerca de sua delimitação físico-territorial (e prerrogativas inscritas nos planos urbanísticos para que sejam implantados, comumente restritos às áreas comuns exigidas pela legislação de ordenamento territorial no processo de abertura de loteamentos), propõe-se um caminho teórico e investigativo que situe o debate acerca das possibilidades do direito à cidade a partir das múltiplas possibilidades de uso e apropriação efetivas destes espaços. Aqui a esfera pública corresponde aos conteúdos socioespaciais que dão sentido aos espaços públicos, e sem a qual a experiência da vida urbana não se realiza de forma plena.

Numa sociedade constituída sobre os fundamentos das separações, materializados pelas formas espaciais da segregação, das topologias hierárquicas, de uma topografia social

²⁸ Lefebvre, 2004.

ordenada segunda a lógica do mercado imobiliário, o espaço público ganha força quando mais parece prestes a sucumbir. A raridade em meio à hegemonia dos espaços privados (os condomínios fechados, as áreas comerciais e industriais vigiadas, as grandes superfícies de comércio) confere aos espaços públicos uma potência de transformação, latente e sempre prestes a instaurar nova consciência espacial através da práxis, fundando outro entendimento acerca das formas de uso e apropriação do espaço.

Como inicialmente assinalado, compõe base teórica-conceitual deste artigo contribuições de autores dedicados ao tema da urbanização sob a perspectiva do pensamento de Henri Lefebvre, mais precisamente acerca de uma urbanização que se realiza de forma crítica, no que se refere à compreensão da complexidade envolvida no entendimento sobre a sociedade urbana, os níveis e dimensões do urbano e o devir. A cidade enquanto obra, em contraponto à cidade como produto, sintetiza o diálogo a ser aprofundado em relação às contribuições do autor em relação à temática dos espaços públicos. Por sua vez, parte significativa da obra de Milton Santos, mais precisamente quando direcionada ao entendimento sobre a realidade brasileira e latino-americana²⁹, também encontra lugar na proposição deste estudo, sobretudo quando se trata da relação entre o lugar e o cotidiano, a contribuição acerca das contradições entre os espaços luminosos e os espaços opacos, sendo este último o lócus de (sobre)vivência dos denominados homens lentos³⁰. Eis um campo aberto ao entendimento destas abordagens teórico-conceituais já inscritas no âmbito da Geografia Urbana, fértil convite à melhor compreensão do que se passa na esfera público-política, ou ainda sobre aspectos da população e dos territórios produzidos pela prática socioespacial instaurada.

À abordagem apresentada por autores como Hannah Arendt³¹ e Jürgen Habermas³², acerca do significado e essência do espaço público enquanto realização do político, propõe-se o diálogo com a obra de Chantal Mouffe para quem o político está relacionado à própria formação social, sendo aquele indissociável da noção de conflito³³. Por um lado, entende-se com Arendt que na esfera política reside a prática consciente de sujeitos históricos, cientes de seu estar no mundo; é nela que a palavra ganha centralidade, onde o ver e o ser visto, onde ter algo a dizer e a ser ouvido dá sentido à existência e pertencimento social no mundo. Para a autora, o próprio mundo se faz real a partir da experiência da vida pública e política, em relação às quais a história da humanidade conheceu seus períodos sombrios, ditatoriais e de totalitarismos que negam, justamente, a liberdade e a igualdade:

“O termo ‘público’ denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas não perfeitamente idênticos. Significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. (...) Em segundo lugar, o termo ‘público’ significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. (...) A esfera pública, enquanto mundo comum reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo evita que colidamos uns contra os outros, por assim dizer”³⁴.

²⁹ Santos, 1978, 1982.

³⁰ Santos, 1996.

³¹ Arendt, 1981.

³² Habermas, 1984.

³³ Mouffe, 2015

³⁴ Arendt, 1981, p. 59-62.

A situação de conflito, tão cara aos desvelamentos do que se passa na esfera público-política se insere no âmago mesmo da formação social. No decurso da periodização histórica que encerra a formação das cidades, são redefinidos os usos e os significados dos espaços públicos, segundo as mudanças que ocorrem no modo como a sociedade os concebem, percebem e deles usufrui. Tais transformações correspondem, direta ou indiretamente, aos valores e ideários próprios dos grupos ou classes de poder em cada período, firmando-se através de seus projetos e ações políticas. Sobre este aspecto, expressivo é o período de transição do século XIX ao XX ao observar que os grupos sociais hegemônicos projetaram nas principais cidades um ideário de espaço público como símbolo de modernidade à imagem e semelhança do que encontravam no urbanismo europeu.

O conceito de espaço público remete à instauração do (com)viver com a pluralidade, com a diferença em meio ao diálogo entre os diversos atores, ou agentes, sociais que produzem o espaço. Convite e desafio ao exercício do dissenso e da troca que não perpassa pelo equivalente universal, qual seja, o peso do valor aprisionado na forma mercadoria. Estratégia que tende a reduzir a riqueza que reside na gratuidade da apropriação dos espaços para a vida em novos produtos, na imensa coleção de mercadoria que é o mundo, na acepção do próprio Karl Marx³⁵. A ênfase aqui recai sobre o denominado tempo do lazer, na tríade lefebvriana para a vida cotidiana enquanto tempo do trabalho, da família e do lazer³⁶. Em linhas gerais, tal ênfase não retira, nem relativiza, tampouco reduz, a importância dos espaços do habitar que, ainda segundo Henri Lefebvre³⁷, não deve se reduzir às formas arquitetônicas estéreis reproduzidas pela indústria da construção civil, a exemplo dos grandes conjuntos habitacionais destinados à façanha nunca atingida de equacionar o déficit habitacional. Eis o habitat, nas palavras do próprio autor: a redução do sentido da casa, o espaço mais elementar da sociabilidade primeira, à mera instância do reino das necessidades³⁸.

Se, por um lado, a ênfase dada ao espaço do lazer na tríade apresentada por Henri Lefebvre abre a possibilidade da abordagem acerca das práticas socioespaciais realizadas, ou realizáveis, no denominado tempo do não-trabalho, não significa que a análise se restrinja à experiência do conjunto de atividades definidas como lazer. Ao contrário. O conceito de lazer reduz a potência do que se passa nestes espaços que se firmam pelo uso e apropriação que não se limitam às práticas domesticadas pelos ditames do uso do tempo perpassados por ideologias hegemônicas. Ou seja, não se reduz à doutrinação imposta pelos padrões de consumo, a exemplo de todo o aparato de vestimentas e acessórios da indústria do culto ao corpo perfeito, quase nunca atingido, e por isto mesmo profundamente explorado como norteador de hábitos que, embora possam resultar numa vida saudável, realizam-se de forma a deixar pouco espaço para o espontâneo e o inusitado. Ainda que praças e parques, passeios públicos diversos, calçadas e ruas (quando tomadas pelos transeuntes) possam ser capturados por tais práticas domesticadas, é neles que reside a grande potência daquilo que ainda não foi concebido e que pode aflorar nos interstícios do urbano, seja subvertendo seu ritmo, sentido ou devir.

³⁵ Marx, 1983.

³⁶ Lefebvre, 2004.

³⁷ Lefebvre, 2004.

³⁸ Lefebvre, 2004.

Espaços públicos-esfera pública em Sorocaba: a utopia possível

Numa cidade marcada pela ideologia do trabalho, a história recente de Sorocaba é pautada por gestões públicas locais que fizeram valer os princípios do higienismo em seus planos político-territoriais. Um conjunto de praças equipadas, ciclovias e parques de dimensões diminutas em sua grande maioria (que também poderiam ser definidos como praças equipadas) conferem à Sorocaba títulos que a autorizam a captar recursos oriundos de instâncias superiores da gestão administrativa. Como exemplo, a cidade ostenta título de Cidade Saudável, ou ainda de Cidade Educadora, embora apenas uma parte da cidade se encontre esteticamente e socialmente vinculada aos preceitos de uma cidade justa e equânime. Suas periferias, seus bairros pobres, encontram-se escondidos em vertentes íngremes e fundos de vale, longe dos principais eixos viários que estruturam a cidade como um todo. Ainda nestas localidades, apesar de toda a carência de infraestrutura subjacente às práticas sociais, é possível encontrar espaços públicos, ou espaços que os correspondam enquanto possibilidade de abrigar uma esfera pública. Terrenos baldios, fragmentos não edificáveis no traçado viário dos loteamentos – uma rotatória, um canteiro junto à calçada, um campo de várzea às margens de um córrego ou ainda casa e quintais abertos ao uso público comunitário – a vida pulsa de forma contraditória, angustiante e criativa. No universo das ausências e carências, o que existe de espaço possível de apropriação para as práticas de sociabilidade é fortemente potencializado e usado.

Das observações e incursões a campo na cidade de Sorocaba no contexto da realização de pesquisa científica acerca do processo de valorização espacial e o direito à cidade, ou ainda sobre o acirramento da segregação e a agenda reivindicatória visando uma cidade mais justa, tem-se que os espaços públicos são detentores e depositários das práticas de sociabilidade que tiram a sociedade local do padrão de vida subordinada ao consumo, característica amplamente difundida com a denominada cultura do shopping center difundida localmente.

Vale destacar que a cidade detém hoje cerca de uma dezena de shoppings, denotando sua característica de polo regional de comércio e serviços. A sede da atual região metropolitana situa a cidade de Sorocaba numa posição de destaque no contexto do interior paulista, majoritariamente de caráter político-cultural conservador.

Se, por um lado, o caráter conservador marca parcela significativa da normatização dos espaços públicos, vigiados por câmeras de segurança de caráter público e privado, por outro lado, percebe-se uma complexa teia de agentes, ou atores, sociais que atuam de forma colaborativa para ocupar e ampliar espaços democráticos e de essência plural nela existentes. A seguir são apresentados alguns casos analisados na cidade de Sorocaba e que denotam formas diversas de uso e apropriação de espaços públicos, seja no âmbito da vida cotidiana, seja em momentos específicos de mobilização e participação social, promovidos coletivamente.

Dentre as formas coletivas de organização e uso de espaços públicos, e que instaram uma esfera público-política na cidade de Sorocaba, está o Fórum dos movimentos sociais e sindicais de Sorocaba e região. Este fórum se destaca pela participação direta da Universidade de São Carlos em seu campus Sorocaba, cuja chegada nesta cidade

média do interior paulista no ano de 2006 foi impulsionadora de um conjunto de ações de extensão universitária que impactaram, direta ou indiretamente, a dinâmica social da cidade. Um marco importante deste referido fórum foi o evento denominado I Encontro UFSCar – Movimentos Sindicais e Sociais da Região de Sorocaba, organizado coletivamente em parceria com 40 organizações e movimentos da região:

“O I Encontro ocorreu em 1 e 2 de julho de 2011, na própria UFSCar de Sorocaba. Teve nove mesas articuladas a partir de nove temas: Relações de Trabalho; Saúde; Educação; Meio Ambiente; Cultura e Comunicação; Movimento Estudantil e Juventude; Diversidade e Igualdade Social; Luta por Moradia e Questão Fundiária; Direitos Humanos e Assistência. O I Encontro findou com uma plenária geral que produziu uma síntese e propostas de articulação entre os movimentos e deles para com a UFSCar. Os três grandes objetivos do I Encontro eram: a reunião da comunidade da UFSCar de Sorocaba com os movimentos e organizações sociais da região que abriga tal comunidade; a rememoração da história desses movimentos e organizações; e a viabilização de parcerias dos movimentos entre si e com a UFSCar”³⁹.

O referido fórum manteve suas atividades com a articulação de uma rede de entidades da sociedade civil, sindicatos e movimentos sociais diversos que, até o presente momento, representa um espaço de comunicação, debate e ações de significativo impacto na visibilidade das entidades envolvidas. De um primeiro momento de articulação resultou o evento anteriormente citado, cujas atividades e contribuições teóricas e relatos resultaram na publicação de um livro, disponibilizado gratuitamente para acesso através da internet⁴⁰. Utopia realizável no espaço público instaurado com a chegada de uma universidade pública, que logo de início estabeleceu diálogo com a comunidade externa, sobretudo através de ações fomentadas por sua Pró-Reitoria de Extensão Universitária – Proex.

No contexto de uma cidade com características históricas significativamente conservadoras em termos políticos e culturais, a articulação de agentes, ou atores, sociais numa rede dialógica na escala da cidade, e em sua região de influência, representou, desde o início, a realização concreta de uma possibilidade e um desejo latente dos participantes: promover uma pauta de debates e mobilização pública visando à construção de uma esfera de participação democrática que desenhou caminhos de construção de políticas públicas. Em relação a isto, houve o desdobramento do referido fórum em outros com questões específicas, a exemplo do Fórum Popular de Educação, o Fórum Social de Sorocaba, ou ainda outros formatos de organização coletiva, a exemplo da rede que reúne produtores rurais dos municípios vizinhos em feiras de produtos agroecológicos em parques e praças de Sorocaba, ou ainda as diversas iniciativas associativas, de caráter comunitário e independente, relacionadas ao universo da cultura, como é o caso dos diversos coletivos de cultura, mostras de arte independente, ou ainda projetos em torno de bibliotecas e centros culturais comunitários criados pela própria sociedade civil.

Em todos os casos assinalados, observa-se a ampliação da esfera pública e de mudanças significativas na dinâmica dos espaços públicos, onde estas ações ocorrem. Observa-se que nem sempre os casos analisados se dão exclusivamente em espaços públicos propriamente ditos. Mas, deve-se ressaltar que a esfera pública sempre se faz presente e

³⁹ Groppo, 2012, 14.

⁴⁰ Martins, 2012.

em todos os casos, em algum momento, as ações transcorrem efetivamente em espaços públicos, tais como praças, parques e ruas. Neste rico contexto tem lugar o dissenso, o debate, inúmeros desafios para a continuidade e garantia de permanência destas práticas no nível do cotidiano, ao mesmo tempo em que transformam os conteúdos socioespaciais na escala da cidade, chegando a consolidar propostas de políticas públicas que alcançam níveis mais gerais que reverberam na escala da região e para além dela.

Vale ressaltar que as camadas sociais populares estão visceralmente presentes nos espaços públicos, destacando-se as inúmeras estratégias de sobrevivência (espontâneas ou institucionalizadas) que, ao menos em tese, proporcionam visibilidade às periferias, suas gentes e sua problemática. Ainda sobre este assunto, a sociabilidade no nível da vida cotidiana se apresenta menos impactada pelos circuitos de valorização espacial nos espaços públicos urbanos não capturados pela globalização enquanto fábula⁴¹, podendo reter importantes aspectos da esfera pública e política. Se, por um lado, o urbano enquanto conceito se traduz pela simultaneidade, pelo encontro das diferenças, pela possibilidade da novidade, sempre mais latente e presente nas sociedades urbanas com níveis mais profundos de complexidade – com forte expressão em seus espaços públicos – por outro, localiza-se no ritmo da vida cotidiana, não inserida na escala das metrópoles, elementos para pensar a esfera pública e política, a partir dos elementos da tríade lazer, família e trabalho⁴², seus agentes históricos, seus conflitos presentes e seu devir.

Por ocasião do momento de formulação e aprovação do Plano Municipal de Educação, um fórum popular se consolidou com amplo debate, reunindo professores da rede municipal de ensino e demais instâncias (estadual e federal), bem como estudantes, pais de alunos e população em geral, a exemplo de ativistas sociais, artistas, profissionais liberais. Em plenárias abertas, foram debatidas as propostas a serem encaminhadas às audiências públicas na Câmara Municipal. Diversos conflitos de interesse foram observados e, embora boa parte das contribuições deste fórum popular tenha sido negligenciada pelo poder público local, o fortalecimento dos segmentos populares envolvidos foi a principal conquista, resultando no reconhecimento público de sua importância no contexto de reivindicações que apontam para os princípios mais elementares do direito à cidade.

No ano de 2015 aconteceu o Fórum Social de Sorocaba, de caráter organizacional colaborativo, cujas atividades estiveram sediadas em diversos espaços da cidade, tais como espaços culturais e praças públicas. O Fórum se caracterizou como importante locus de debate e proposição de ações referentes ao âmbito da cultura nesta cidade, dando visibilidade à sinergia de atores sociais que atuam, direta ou indiretamente, no dinamismo das práticas socioculturais, de forma plural e muito além dos projetos e programas apresentados pela administração pública. Ou seja, muito do que acontece na cidade em termos culturais é promovido pela própria população em seu segmento de artistas com trabalho autoral e independente, com apoio de recursos obtidos com editais públicos ou não.

⁴¹ Milton Santos, 2000.

⁴² Lefebvre, 1980.

Outro aspecto relevante é a realidade regional marcada por um conjunto de cidades pequenas, notadamente voltadas às atividades primárias que consolidam um verdadeiro cinturão verde no entorno do Município de Sorocaba, do que resulta a constituição de uma rede de produtores agrícolas que inserem no espaço urbano os produtos derivados da agricultura orgânica. Para além da atividade produtiva, a rede de produtores orgânicos instaura um espaço de debate, troca de saberes e de outra lógica possível em relação ao consumo de alimentos mais saudáveis, na contramão dos segmentos produtivos reféns da agroindústria, invariavelmente atrelada aos defensivos agrícolas. Realizando-se no formato de pequenas feiras, esta rede vem se fazendo presente em diversos espaços da cidade, a exemplo do Parque Natural Chico Mendes, que integra o conjunto de parques públicos urbanos da cidade, em eventos diversos onde promovem uma feira para expor e vender seus produtos, ou ainda no próprio campus da UFSCar, onde alguns integrantes da referida rede participam de projetos de extensão e cursos de formação.

A cidade apresenta ainda um histórico de existência dos denominados “coletivos de cultura”, espaços concebidos e usados por jovens artistas, numa cidade que vai se firmando como dual em termos de atividades ligadas à cultura. De um lado, o poder público oferece uma agenda de eventos, notadamente em parques e espaços públicos destinados à cultura, que aos poucos vem se tornando mais diversificada, sobretudo em resposta às ações dos artistas locais junto ao Fórum Municipal de Cultura. De outro lado, iniciativas de grupos de artistas instauram um roteiro diversificado de espaços nos quais pulsa uma esfera pública que, mesmo quando não instalados em espaços propriamente públicos, colaboram com seu fortalecimento a partir da atmosfera dialógica e de visibilidade para a população e novos artistas, sejam estes músicos, atores, ilustradores, dentre outros. É o caso de espaços como as sedes de coletivos de cultura e espaços que dialogam diretamente com este universo tão diverso tais como: Rasgada Coletiva; Ateliê Txai; Quintal Livre; Cantinho Girassol; Confraria dos Alquimistas; Mofa de Ouro; Mi Casa; dentre outros. A seguir, apresentamos uma breve caracterização de alguns deles.

Um dos mais antigos e atuantes coletivos de cultura de Sorocaba e região, o Rasgada Coletiva se consolidou com uma história de realização de um diversificado espectro de eventos, com artistas locais, nacionais e internacionais. Concebido por um grupo de artistas, sobretudo ligados à música, produção cultural, ilustradores e educadores, este coletivo cultural marcou sua história com a realização de um evento semanal denominado Carne de Segunda, que teve vigência por cerca de cinco anos num mesmo endereço: uma pequena casa defronte à linha férrea que corta a cidade. Os cômodos e quintal da edificação, a rua pacata e o terreno não edificado às margens da ferrovia, transformavam-se semanalmente num território de troca de ideias, mostra da arte autoral e independente, numa atmosfera festiva e amistosa. O que poderia ser motivo de conflito de vizinhança num bairro residencial popular (pelo afluxo considerável de pessoas toda segunda-feira naquela localidade), contava com a aprovação dos moradores vizinhos que se demonstravam solidários com a agenda de eventos. Com trabalho em equipe, de caráter voluntário, os integrantes se organizavam nas atividades diversas para que o evento transcorresse da melhor forma possível, dividindo-se entre cuidados com a comunicação visual, aparelhagem de som para as apresentações de músicos ao vivo, além de suporte para exposições, limpeza do ambiente e iluminação.

Após alguns anos de existência, seus principais integrantes estabeleceram maior aproximação com a gestão pública, especificamente em relação às secretarias de cultura de Sorocaba e demais cidades, além de realização de projetos com recursos captados por editais públicos, a exemplo da Lei de Incentivo à Cultura - Linc. De acordo com reportagem publicada por ocasião da mudança de endereço da sede, o principal jornal local reconheceu que este coletivo de cultura havia realizado mais eventos públicos do que a própria prefeitura no período considerado. Após uma pausa de cerca de um semestre, o coletivo instalado numa nova sede passou a realizar o evento numa praça pública, com apoio governamental:

“Com apoio do Museu de Arte Contemporânea (Macs) e do Programa de Ação Cultural do Governo do Estado de São Paulo (Proac), o evento contou com exposições, música e exibição de curtas de animação (...). Realizado desde 2010, o Carne de Segunda já promoveu mais de 200 edições e volta a acontecer mensalmente, com entrada gratuita. "É muito bom fazer parte dessa história, que fomenta a produção artística em Sorocaba e região", destacou a presidente do Macs⁴³, Cristina Delanhesi, em relação à parceria com Pêu Ribeiro, Henrique Ravelli e Rafael Ferraz”⁴⁴.

Outro espaço que se destacou nesta esfera pública não governamental foi o espaço denominado Quintal Livre. Concebido no contexto das manifestações públicas ocorridas em junho de 2013 em torno do aumento da passagem de ônibus, e demais reivindicações articuladas naquele momento. A casa localizada no centro antigo de Sorocaba se caracterizou como espaço para encontros, exposições culturais, debates diversos, sempre às quintas-feiras. Por ocasião de um ano de existência, a imprensa local notificou:

“Com a intenção de resgatar o caráter político das ações culturais, o espaço cultural Quintal Livre realiza sua edição especial de aniversário, em comemoração a um ano de atividades. Mais do que algumas mudanças estéticas no local, esse novo ciclo marca também a intenção de resgate do que os organizadores chamam de ‘espírito de junho do ano passado’, quando abriram as portas ao público, em meio às manifestações que ocorriam em diversos pontos do país”⁴⁵.

De acordo com um dos idealizadores do espaço, Juan Lomardo, professor de Geografia e mestrando em Educação pela UFSCar Sorocaba,

“os espaços alternativos e coletivos têm que reforçar essa vertente mais politizada para além do entretenimento. Ele ainda propõe uma relação ampla entre os coletivos culturais e os movimentos sociais como já acontece no próprio Quintal, que tem parcerias com o grupo Garfos, de alimentação orgânica, e o Veddas de vegetarianismo, exemplifica. ‘Uma questão complicada é que muitas pessoas enxergam os espaços alternativos culturais como meramente voltados para o entretenimento. Não que não sejam locais de diversão e entretenimento, também são, mas as pessoas esquecem de quão politizadas podem ser as ações culturais, e da própria responsabilidade dos indivíduos em politizar suas ações. Henri Lefebvre, filósofo francês, frisou que o espaço urbano deve ser um local onde a festa sirva como uma ação revolucionária. Quando se referia a isso, Lefebvre falava do espaço público e de como a cidade, as ruas, a praça pública não são mais ocupadas pelo povo. Os coletivos, como espaços abertos ao público, têm esse

⁴³ Museu de Arte Contemporânea de Sorocaba – Macs.

⁴⁴ Negrão, 2015.

⁴⁵ Fernandes, 2014.

potencial de fomentar cultura, mas também de serem um espaço de politização, um pré-espaço antes da ocupação das ruas, como aconteceu em junho do ano passado’, defende”⁴⁶.

Assim como estes exemplos situam ações promovidas em espaços abertos à população no contexto de ações culturais na cidade de Sorocaba, existe ainda outro conjunto de exemplos de práticas socioculturais que se apropriam dos espaços públicos propriamente ditos. Para uma cidade onde se multiplica o número de shopping centers e empreendimentos privados destinados ao usufruto do tempo livre em meio aos apelos do consumo, as iniciativas a seguir citadas colaboram para instaurar a possibilidade de outra lógica de uso do tempo e produção do espaço. Aquilo que não encontra lugar nos interstícios da lógica capitalista que incide sobre o nível do cotidiano, moldando-o segundo determinados padrões de comportamento, encontra formas inusitadas de realização das possibilidades sempre latentes da apropriação dos espaços para a vida. Utopia realizável.

Destaca-se deste contexto alguns casos que vem sendo analisados no escopo das pesquisas que estão na base deste artigo. A primeira delas diz respeito às grandes manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus, sobretudo em junho de 2013 que conferiu à cidade formas ampliadas de uso e ocupação dos espaços públicos como há muito tempo não se via na cidade. Foram consideradas pela imprensa e poder público local como a mais expressiva forma de manifestação pública que a cidade presenciou na sua história recente. Para além das manifestações públicas de caráter político-reivindicatório, os eventos incluíam atividades de debate, apresentações artísticas que promoveram o encontro e a apropriação dos espaços públicos da cidade.

De forma mais específica, é possível citar alguns projetos artísticos que convidam o cidadão comum, cidadão, a interagir de forma diferente com os espaços públicos urbanos. Um caso emblemático corresponde ao conjunto de intervenções artísticas do projeto “Como o tempo, como o amor” realizado por artistas do Coletivo Cê de Teatro, realizadas em praças e Terminais de ônibus urbanos, com performances que convidavam a questionar o automatismo dos cidadãos em seus percursos cotidianos na cidade:

“A gente entende que a performance é uma forma miúda de despertar questionamentos do automatismo desses espaços transitórios. Por que é estranho andar em câmera lenta ou atravessar a faixa de pedestre com um braço erguido? Por que não? Questiona a atriz Mariana Rossi”⁴⁷.

No contexto do público juvenil, destaca-se ainda o evento denominado de Musicada, o qual reúne artistas independentes em praças e parques da cidade, com exposição de trabalhos autorais de diferentes linguagens (música, literatura, artes plásticas, teatro, dentre outras modalidades) como alternativa e complementar à programação cultural oficial da Prefeitura. O evento marcou positivamente o uso e apropriação do Parque Maestro Nilson Lombardi, também conhecido como Parque Ipiranga, situado na periferia da zona oeste da cidade, localidade marcada por escassez de atividades culturais e problemas sociais diversos:

⁴⁶ Fernandes, 2014.

⁴⁷ Shikama, 2015a.

“Desde o início, o público do festival, que ocorre duas vezes por ano - sempre no período de férias escolares - tem crescido de forma exponencial. No evento criado no Facebook, a edição deste domingo havia recebido a confirmação de 1.400 pessoas. ‘Essa é a primeira vez que o festival será plugado. Todas as outras, então menores, era no formato acústico’, detalha Oliveira, ressaltando que a parceria estabelecida com a Prefeitura de Sorocaba, por meio da Secretaria de Cultura (Secult), consiste apenas na cessão de uso da praça e o fornecimento de um ponto de luz”⁴⁸.

É possível ainda citar, como registro histórico, a intervenção artística denominada Guerrilha Gerador, na qual músicos levavam para determinado espaço público, sem prévia divulgação ou autorização do poder público, um gerador móvel de energia para ligar seus instrumentos e realizar apresentações gratuitas, invariavelmente causando surpresa e questionamentos sobre as formas de uso e ocupação de espaços públicos ociosos, tanto por parte da população quanto da própria gestão pública.

Podemos apontar também o evento itinerante Encontros Poéticos que já passa da XV edição, organizada por poetas de diversas idades e cidades, que se reúnem em praças da cidade de Sorocaba para declamar poesias junto à população local.

Estes são apenas alguns exemplos num contexto que vem se diversificando no nível da vida cotidiana, a partir de formas populares de uso e apropriação dos espaços públicos da cidade, confrontando a lógica do lazer confinado nos diversos shoppings nela existentes. Importante ressaltar que todos os eventos citados são organizados de forma colaborativa e gratuita, com significativa participação popular, independente de apoio da Prefeitura ou outra instância do poder público, ou entidades da sociedade civil organizada.

Considerações Finais

A esfera público-política pode ser observada a partir das sucessivas formas de uso e apropriação dos espaços públicos. Contraditoriamente, estes espaços podem apresentar diferentes níveis de profundidade em relação aos conteúdos da sociabilidade própria da experiência de participação democrática e cidadã.

Se, por um lado, os projetos, políticas e planos, acompanhados por legislação correspondente, tendem majoritariamente à reformulação dos espaços públicos, inserindo-os nos circuitos de valorização espacial (garantindo que se reproduzam enquanto espaços luminosos, segundo Milton Santos)⁴⁹, por outro lado promovem perdas das experiências de proximidade no nível do cotidiano, uma vez que o capital tende a transformar e homogeneizar as relações sociais mediadas sistematicamente pelas trocas.

Neste contexto, é da maior importância atentar para que as agendas políticas sejam cada vez mais articuladas de forma ampla, multi-escalar, integrada e compartilhada com os diversos setores sociais, na elaboração e execução de seus planos e planejamentos específicos: habitação, transporte, cultura, saúde, educação, dentre outros. Caracteriza-

48 Shikama, 2015b.

49 Santos, 1996.

se assim, na atualidade, um desafio e uma necessidade a articulação entre municípios (a exemplo dos consórcios intermunicipais, dos comitês de gestão de recursos hídricos, dos fóruns temáticos regionais, dentre outros) e destes com as demais esferas da gestão pública e segmentos da sociedade civil para que o alcance efetivo dos princípios norteadores do direito à cidade.

No contexto analisado, observou-se, sobretudo, que as formas de uso e apropriação de espaços públicos, bem como de criação de espaços de desenvolvimento da esfera pública, têm uma relação estreita com as questões políticas que extrapolam um determinado segmento específico, seja ele da cultura, da educação ou da geração de renda. Inúmeros eventos e a mobilização social em geral imprimem à cidade uma atmosfera que reivindica melhor qualidade de vida, ligadas às condições de acessibilidade, qualidade dos serviços públicos, a exemplo das praças e parques que são amplamente usados pela população.

Conforme as cidades se tornam mais complexas, maior é a demanda pelo conjunto de elementos que estão na base de uma gestão democrática que corresponda, de modo proporcional direto, a um maior nível de participação cidadã, condição essencial para a consolidação dos sentidos do direito à cidade.

Bibliografia

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; Rio de Janeiro: Salamandra; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981.

BURGOS, R. *Valorização do espaço e segregação socioespacial na cidade de Sorocaba: implicações na vida cotidiana*. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq, dez/2013.

BURGOS, R. Da urbis inteligente ao direito à cidade. *Revista Tríade*, 2014, v.2, p.116-126.

BURGOS, Rosalina. Pesquisa Qualitativa: reflexões geográficas a partir de um estudo de caso sobre as contradições urbanas da cidade de Sorocaba – SP. *Geographia Meridionalis*, v. 01, n. 01 Jun/2015 p. 145–159

CARLOS, A. F. A. *A (re)produção do espaço urbano*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, A. F. A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, A.F.A.; Souza, M.L.; Sposito, E.B. (orgs.) - *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. SP: Contexto, 2012.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M E. B. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-34.

CORRÊA, R. L. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano. 5, n.8, p.121-129, jan./jun.2000.

DAMIANI, A. L. A Crise da Cidade: os termos da urbanização. In: Amélia Luisa Damiani; Ana Fani Alessandri Carlos; Odette Carvalho de Lima Seabra. (Orgs.). *O Espaço no Fim de Século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999, v. 1, p. 118-131.

DAMIANI, A. L. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: Ana Fani Alessandri Carlos; Ariovaldo Umbelino de Oliveira. (Orgs.). In: *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004, v. 1, p. 19-58.

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e produção do espaço. *Revista Cidades*, Presidente Prudente, v. 6, n. 10, p. 307-339, 2009.

FERNANDES, M. Quintal Livre completa um ano. *Jornal Cruzeiro do Sul*, 26/06/2014.<<http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/554841/quintal-livre-completa-um-ano>>. [26 de junho de 2014].

FREITAG, B. *Teorias da cidade*. Campinas: Papirus, 2012.

GROPPO, L. A. A história e as vozes dos seus sujeitos In: *História dos movimentos sociais da região de Sorocaba : origens, conquistas e desafios*. Holambra, SP: Editora Setembro, 2012. Pp. 13-17

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Boitempo, 2014.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEFEBVRE, H. - *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LEFEBVRE, H. - *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. *Espacio y política: el derecho a la ciudad II*. Barcelona: Península, 1976.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, H. *Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde modern*. Paris, Messidor; Éditions Sociales, 1986. Pp. 156-173.

- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ed. Ática, 1980.
- MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARTÍNEZ, M.; ROSENDE, S. Participación ciudadana en las agendas 21 locales: cuestiones críticas de la gobernanza urbana. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de marzo de 2011, vol. XV, nº 355. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-355.htm>>
- MARTINS, J. *Uma sociologia da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2014.
- MARTINS, M. F (org.). *História dos movimentos sociais da região de Sorocaba: origens, conquistas e desafios*. Marcos Francisco Martins. Holambra, SP: Editora Setembro, 2012.
- MARTINS, S. O urbanismo, esse (des)conhecido saber político. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (ANPUR), Recife, v. 3, p. 39-59, 2000.
- MARTINS, J. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARX, K. *O capital: crítica da Economia Política*. v.1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. *Geografia Crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MOUFFE, C. *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- NEGRÃO, P. Rasgada Coletiva retorna com Carne de Segunda. *Jornal Cruzeiro do Sul*, 16/05/2015.<<http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/610172/rasgada-coletiva-retorna-com-carne-de-segunda>>. [16 de maio de 2015].
- OLIVEIRA, F. J.G. de et al (orgs.). *Geografia urbana: ciência e ação política*. RJ: Consequência, 2014.
- OLIVEIRA, F. J.G. de et al (orgs.). *Políticas públicas: interações e urbanidades*. RJ: Letra Capital, 2013.
- ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015. 1ª ed.
- ROMERO, J.L. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 2000.

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, M. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, R.E.N. *Movimentos sociais e Geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SEABRA, O. C. L. O pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 74, 1996. Pp. 7-22

SEABRA, O. C. L. Territórios de uso: cotidiano e modo de vida. *Revista Cidades*, Grupo de Estudos Urbanos. v.1, n.2, 2004. Pp.181-206

SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SERPA, A. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014.

SHIKAMA, F. Coletivo Cê realiza rodas de conversa. *Jornal Cruzeiro do Sul*, 17/09/2015a. <<http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/639981/coletivo-ce-realiza-rodas-de-conversa>>. [17 de setembro de 2015].

SHIKAMA, F. 7 bandas participam do 5º Festival Musicada, que será na Praça Maestro Nilson Lombardi. *Jornal Cruzeiro do Sul*, 17/01/2015b. <<http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/590086/7-bandas-participam-do-5-festival-musicada-que-sera-na-praca-maestro-nilson-lombardi>>. [17 de janeiro de 2015].

SOUZA, M. L. S. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPOSITO, M. E. B. (org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p. 609-642.